

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 106.847 - SC (2018/0341482-7)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**RECORRENTE : A H O D O N C (PRESO)**  
**ADVOGADO : RAPHAEL ORTIZ MICHELL E OUTRO(S) - MS018283**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**INTERES. : L R R D A S**

**DECISÃO**

**ALEXANDRE HENRIQUE ORTIZ DO NASCIMENTO CAMPOS** alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina** no HC n. 4027623-98.2018.8.24.0000.

Todavia, observo que este *mandamus* foi **deficientemente instruído, pois a defesa não anexou aos autos cópia da decisão que decretou a custódia preventiva do réu**, circunstância que inviabiliza o exame do pleito formulado neste *writ* – revogação da prisão cautelar.

Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações e não comporta dilação probatória.

É cogente ao impetrante – sobretudo quando se trata de advogado constituído – apresentar elementos suficientes para se permitir aferir a suscitada existência de constrangimento ilegal no ato atacado na impetração.

À vista do exposto, **não conheço do recurso em habeas corpus.**

Nada impede, à vista dos princípios da celeridade e da economia processuais que, caso a parte traga a peça faltante, o pedido seja conhecido.

Em tempo, corrija-se a autuação para que conste o nome do recorrente por extenso, tendo em vista que, na espécie, não há motivo legal para a ocultação da sua identidade.

Publique-se e intímem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

